

Supremo blá-blá-blá

editoriais@uol.com.br

Abraham Lincoln levou pouco mais de dois minutos para pronunciar o discurso de Gettysburg (1863), às vezes considerado a maior peça de oratória em todos os tempos. Ninguém esperaria encontrar tamanho talento para a concisão no Supremo Tribunal Federal brasileiro, mas o contraste ressalta que falar muito não significa ter muito a dizer.

Os maus hábitos da linguagem empolada e da expressão prolixa continuam a prosperar no Judiciário; no Supremo, ainda mais em julgamento momentoso como o do mensalão, chegam ao apogeu. Nem mesmo certas vulgaridades, salpicadas por alguns dos advogados da defesa, alteraram a sensação do leigo de assistir a um espetáculo obscuro e bizantino.

Não há dúvida de que a Justiça deve examinar cada aspecto com cuidado, nem de que muitos aspectos são alvo de controvérsia. Ainda assim, será necessária tamanha verbosidade, reflexo, aliás, da extensão interminável dos autos, a versão escrita de cada processo?

Seria incalculável o benefício, no sentido de reduzir a morosidade judicial, caso se disseminasse uma disciplina retórica mais objetiva, direta e sucinta. Parece haver tendência recente nessa direção, mas que ainda não alcançou os tribunais superiores, muito menos o Supremo Tribunal Federal.

Admita-se, no atual julgamento, que o revisor Ricardo Lewandowski parece adotar uma estratégia de lentidão, à qual seria levado, conforme se especula, pela tendência a absolver e pelo desejo de inviabilizar o voto, tido por adverso, de seu colega Cezar Peluso, que se aposenta no início de setembro. No desmesurado da fala, entretanto, encontra eco na maioria dos ministros.

À prolixidade nos processos, somou-se a loquacidade fora deles. O costume começou há mais de dez anos, quando ministros passaram a discorrer sobre quase qualquer assunto, a pretexto de que assim prestavam contas e faziam do Judiciário um Poder menos fechado.

Conforme sublinhou o constitucionalista Joaquim Falcão nesta **Folha**, a lei proíbe os magistrados de se manifestar sobre qualquer processo em curso e criticar atos de seus colegas. Também neste quesito, um pouco mais de parcimônia e contenção viriam a calhar.

Quando tantas atenções se voltam para a Justiça, esse não é um quadro estimulante, ainda mais se permeado pelos rompantes de suscetibilidade exagerada, resvalando para um narcisismo pueril, nos quais se destaca o relator Joaquim Barbosa, sem que lhe falem, porém, rivais em redor.

Folha de São Paulo, 20 de agosto de 2012.

Proposta de Atividade de Aprofundamento – AP II (1,0)

A partir da leitura e da compreensão do texto, responda às seguintes questões.

1. Qual é o tema de que trata o editorial e qual o ponto de vista do autor a respeito desse tema? Retire do texto dois trechos que justifiquem a sua resposta sobre o tema. Depois, retire do texto também dois argumentos que o autor usa para defender seu ponto de vista.
2. Leia os seguintes trechos retirados do editorial:
 - a. “Abraham Lincoln levou pouco mais de dois minutos para pronunciar o discurso de Gettysburg (1863), às vezes considerado a maior peça de oratória em todos os tempos.”
 - b. “Seria incalculável o benefício, no sentido de reduzir a morosidade judicial, caso se disseminasse uma disciplina retórica mais objetiva, direta e sucinta.”
3. Esses dois trechos exigem do leitor quais tipos de conhecimento prévio? Cada um deles exige de maneira mais fundamental um tipo de conhecimento prévio. Justifique bem sua resposta, a partir de sua leitura no material teórico e o do que ali apreendeu.
4. Elabore pequenos textos para responder às questões (respostas-texto). Escreva no Word e depois de revisar as respostas, copie-as e cole-as no espaço destinado à publicação da resposta para avaliação.

Critérios para avaliar a produção de respostas

A nota para a produção das respostas será dada a partir da observação dos seguintes aspectos:

- a. Respostas-texto/pequenos textos com começo, meio e fim.

- b. Frases/períodos bem construídos com sentido e clareza.
- c. Correção ortográfica, pontuação, concordância e regência.
- d. Vocabulário adequado.
- e. Uso da variante padrão da língua.
- f. Uso das próprias palavras (sem 'recorta e cola' do texto original).
- g. Em caso de citação, uso de aspas para o termo/expressão.
- h. Revisão de texto antes da publicação.
- i. Publicação no espaço de resposta e/ou uso da ferramenta para anexo.
- j. Observação do prazo para postagem da resposta.